

ATA N.º 2/2015:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2015:

No dia vinte e um de janeiro de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas e dez minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro** inicia a sua participação nos trabalhos mais tarde, assinalando-se o facto na altura devida.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Parecer prévio com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área de advocacia e jurídica

PONTO 2 – Atribuição de topónimos na freguesia de Palmela. Requerente: Álvaro José Marques Silva Rodrigues. Proc.º TOP-1241/08. Locais: Torneiros / Alfaçanhas / Vale de Touros - Palmela

PONTO 3 – Atribuição de topónimos na freguesia de Quinta do Anjo. Requerentes: Maria Margarida da Conceição Alves / Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Proc.ºs. TOP-2749/2014 / TOP-4441/2014. Locais: Quinta da Chapeleira / Fontainhas – Quinta do Anjo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações / Assuntos diversos:

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** saúda os presentes.

• **Pavimentação da Rua do Aviário – Lagoinha** – A **Sra. Vereadora Adília Candeias** informa que, na presente semana, se deu início à empreitada de pavimentação da Rua do

Aviário, na Lagoinha. O arruamento em causa vai da Estrada Nacional EN 379-2 até ao troço da Ribeira da Salgueirinha. A obra está orçada em aproximadamente 35.000 euros com o objetivo de melhorar as condições de circulação. Para uma segunda fase, fica a correção do perfil e a solução definitiva de drenagem pluvial que acontecerá com a regularização da Ribeira da Salgueirinha naquele local.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** apresenta cumprimentos.

• **Corta-mato concelhio de Palmela 2015 do Desporto Escolar – O Sr. Vereador Adilo Costa** dá conhecimento que se realizou no dia de hoje o corta-mato concelhio 2015 do Desporto Escolar, na Lagoa da Palha. É um evento desportivo, coorganizado pela Câmara Municipal de Palmela e pela Coordenação Local do Desporto Escolar da Península de Setúbal, e contou com o apoio da Escola Secundária de Pinhal Novo, da Escola Secundária Dom Manuel Martins, do Grupo Desportivo da Lagoa da Palha e da firma António Xavier de Lima - Empreendimentos Imobiliários Turísticos, SA. Este corta-mato contou com a presença de cerca 400 alunos das escolas do concelho de Palmela, desde o primeiro ciclo até ao ensino secundário, que tiveram a possibilidade de conviver com Edi Maia, atleta internacional olímpico e recordista nacional do salto com vara, que colaborou na entrega de prémios conjuntamente com vários representantes de entidades do sistema educativo e desportivo.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** saúda os presentes.

• **Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019 da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que a Câmara Municipal votou favoravelmente o novo Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019, aprovado na última Assembleia da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, realizada em dezembro. O desenvolvimento turístico da região será norteado, a partir de agora, por esse documento, que enquadrará os novos investimentos e a estratégia definida para que, até 2019, se alcancem as metas e os resultados esperados, nomeadamente, no que se refere ao aumento do número de turistas, às receitas do setor e aos impactos positivos na economia.

Mais refere que o reconhecimento da região como o melhor destino europeu em termos de diversidade, um desiderato claramente ambicioso, é o objetivo estratégico que norteia esse Plano. Aposta-se, claramente, numa abordagem territorial que interligue e estreite a relação entre a cidade de Lisboa e a região, num processo permanente de valorização e diferenciação de todos os recursos existentes. Não deixando de posicionar Lisboa como âncora da oferta regional, o desafio passa por construir uma oferta que integre toda a região, proporcionando

um mosaico de experiências que, por um lado, prolongue a estadia média dos turistas e, por outro, crie boas memórias que contribuam para o regresso em novas viagens à região.

As cinco centralidades definidas para a região são: Lisboa, Cascais, Sintra, Arco do Tejo e Arrábida, sendo compromisso da referida Entidade Regional de Turismo a aposta na valorização dos recursos de todos esses polos com o mesmo olhar estratégico. A criação da centralidade Arrábida vem ao encontro da estratégia que a região vinha, já a construir, e que resultou na assinatura, em 2014, do Protocolo “Castelos e Fortes da Arrábida”, entre as Câmaras Municipais de Palmela, Setúbal e Sesimbra e a Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES), com vista à cooperação e ao desenvolvimento turístico. A complementaridade e a cooperação serão determinantes e incontornáveis para esse novo ciclo de trabalho, para que todos possam atingir as metas definidas para o crescimento turístico.

Acrescenta que o Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa destaca, como produtos prioritários, o turismo natureza e o enoturismo, que Palmela tem vindo a privilegiar através do desenvolvimento de um trabalho consistente para manter e ampliar as parcerias e as redes de trabalho com todos os agentes e entidades públicas e privadas. Palmela não poderá dissociar a natureza e o enoturismo do turismo cultural, com o seu património e a sua história, concebendo, em torno deles, experiências inspiradoras, que projetem o concelho nos mercados emissores. O projeto “Palmela Almenara”, que irá ser apresentado ao público em breve, resulta já dessa visão de complementaridade entre os diversos produtos, procurando acrescentar valor.

Termina com a informação de que o Município de Palmela se encontra a trabalhar na operacionalização do novo Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa, num processo que envolve todos os agentes turísticos locais do concelho, confiantes de que esse instrumento se trata de um importante contributo para um novo olhar sobre a região.

• **Balanço do projeto “Palmela Experiências com Sabor” – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** alude ao início de uma nova etapa do projeto “Palmela – Experiências com Sabor”, a desenvolver no corrente ano, e que representa mais um degrau de evolução do projeto. Assim, importa fazer um primeiro balanço dos principais indicadores referentes ao ano de 2014, e pode afirmar-se, desde já, que o projeto de qualificação e promoção da gastronomia atingiu os objetivos e os resultados esperados, tendo-se traduzido num importante contributo para a valorização da gastronomia do concelho, para a atratividade turística e para a dinamização económica local. Do conjunto das iniciativas realizadas destaca a realização de:

- Sete “Fins-de-Semana Gastronómicos” temáticos (Vinho, Queijo de Ovelha, Moscatel, Sopa Caramela, Fruta de Palmela, Fogaça e Coelho à Moda de Palmela), sendo que os dois últimos foram realizados pela primeira vez;
- Quatro *Show Cooking* com reputados Chefes de Cozinha nacionais;
- Concursos gastronómicos da fogaça;

— Concursos de compota de fruta e de sopa caramela.

Menciona que nos “Fins-de-Semana Gastronómicos”, eventos de maior projeção, registaram-se uma média de adesão de 18 estabelecimentos de restauração e bebidas, com cerca de 3.000 menus servidos. Os “Fins-de-Semana” que registaram maior adesão dos restaurantes e dos visitantes foram os do “Queijo de Ovelha”, da “Sopa Caramela”, do “Vinho de Palmela” e do “Moscatel de Setúbal”. Este projeto contribuiu para a promoção de Palmela, da sua restauração e dos seus produtos locais de excelência, dando origem a diversas notícias nos órgãos de comunicação social locais e nacionais, nomeadamente, nos especializados.

Dá conhecimento de que da análise dos questionários de satisfação aplicados aos consumidores, destaca-se que mais de metade dos inquiridos tem menos de 44 anos (56,4%). Relativamente à origem dos participantes, verifica-se que 42% dos inquiridos são residentes em outros concelhos e no estrangeiro, e perto de metade é originária do concelho de Palmela. Nos participantes nacionais fora do concelho, identificaram-se com maior percentagem os residentes no concelho de Setúbal e de Lisboa, assim como de outros concelhos da margem norte do Tejo. Esses eventos já alcançaram um público diferente do público alcançado nas primeiras edições, há cerca de 5 anos atrás, onde o público era em boa maioria residente no concelho de Palmela.

Menciona que o projeto “Palmela - Experiências com Sabor” tem vindo a consolidar a adesão dos estabelecimentos de restauração. Em 2010, no seu primeiro ano registou-se uma média de 12 estabelecimentos, verificando-se, em 2014, uma média de 18 estabelecimentos aderentes. Este aumento de adesão reflete-se, naturalmente, na diversidade e na qualidade dos menus servidos. Verifica-se que alguns dos menus criados, ou novas receitas, vão ficando na ementa dos restaurantes, o que significa uma crescente inovação e desenvolvimento da gastronomia do concelho e, também, a promoção e valorização dos produtos locais.

Mais informa que da análise dos questionários de satisfação também se conclui que a apreciação global dos “Fins-de-Semana Gastronómicos” por parte dos restaurantes aderentes é muito boa, tendo alcançado o valor de 4,4 numa escala de 0 a 5.

Termina com menção a uma outra dimensão de grande importância nesse projeto e que tem a ver com a formação profissional para os agentes da área da Gastronomia e Vinhos, nomeadamente, do setor da restauração, por forma a permitir o aumento da qualidade de resposta do setor. Destaca-se, nesse capítulo, a realização de ações de formação em língua inglesa e francesa; higiene e segurança no trabalho; princípios HACCP (*Análise dos Perigos e Controlo dos Pontos Críticos*, *Hazard Analysis and Critical Control Points*, em inglês) e, ainda, *marketing* de vinhos. Estas ações envolveram 60 formandos, num total de 125 horas de formação. De momento decorrem as primeiras ações do programa previsto para o ano de 2015, em torno da fogaça de Palmela.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** termina dizendo que no âmbito do programa “Palmela – Experiências com Sabor”, o ano de 2014, foi um ano de consolidação, mas, também, de

evolução do projeto. Uma evolução que terá novas etapas no corrente ano, no que concerne à qualidade do programa e ao seu contributo para a promoção e inovação da gastronomia, para o reforço da atratividade turística do concelho e, naturalmente, para a dinamização da economia local.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** saúda os presentes.

• **Matriz da água** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que já está publicada no *site* da Autarquia a mais recente versão da “Matriz da água do concelho de Palmela”. A publicação da “Matriz da água” visa atualizar a informação relevante relativa ao setor da água e do saneamento, caracterizando os principais fluxos de água no concelho, tipos de consumos e utilizadores, bem como a descrição geral dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem.

Acrescenta que a “Matriz da água” reflete o desempenho do concelho de Palmela durante o último ano completo auditado (2013), contendo e divulgando dados essenciais para definir estratégias de intervenção futura, visando a sustentabilidade ambiental, através do pleno aproveitamento dos recursos e do reforço da eficiência energética.

Dá a conhecer que o concelho de Palmela tem excelentes índices de cobertura das redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, claramente acima da média nacional, sendo de destacar, aliás, o crescente aumento do número de utilizadores de saneamento. A água fornecida apresenta níveis de superior qualidade e segurança, em simultâneo com preços acessíveis a todas as famílias, no quadro da política de defesa intransigente da água enquanto bem público essencial e acessível a todos. Aliás, em oposição à privatização do setor, a Câmara Municipal optou por investir na expansão e qualificação da rede e do serviço no quadro do projeto de gestão patrimonial de infraestruturas, no qual a Autarquia está a participar, e que é um instrumento estratégico que já foi tornado público.

Conclui dizendo que a “Matriz da água” reflete o investimento que foi feito e reúne contributos como os trabalhos produzidos pela Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA), o Observatório da Água para a Região de Setúbal e o Estudo de Conceção Geral do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água em Alta da Península de Setúbal, entre outros.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, cerca das dezasseis horas e trinta minutos, a reunião começa a ser participada pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

• **Horta comunitária em Palmela – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a Autarquia vai dar abertura às inscrições para o cultivo da horta comunitária em Palmela, cuja implementação terá igualmente início. Uma vez selecionados, os futuros hortelãos, estes beneficiarão de formação que será parcialmente teórica e prática, acompanhando o plantio e sementeira de plantas no local. Essa horta, junto da Urbanização Serra Grande, terá 21 talhões numa área total de cerca de 1.300 m².

Acrescenta que a empreitada realizada, no valor de cerca de 12.200 euros, inclui, para além da vedação e arranjo do solo, a instalação de sistema de distribuição de água, a pavimentação das áreas comuns e de circulação, e a instalação de abrigo de madeira para apoio aos hortelãos.

Mais informa que, após a execução, numa primeira fase, da horta comunitária em Pinhal Novo, e da implementação da horta comunitária em Palmela, o projeto estender-se-á, numa fase posterior, à localidade de Quinta do Anjo e a um segundo local em Pinhal Novo.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** menciona, igualmente, que a implementação das hortas comunitárias permite aos munícipes produzir localmente alimentos de elevado valor nutritivo, complementar o rendimento familiar, consolidar ou adquirir hábitos mais saudáveis de consumo e ocupação de tempos livres, sendo ainda fator de reencontro do sentido de comunidade, promovendo laços de solidariedade e reforço das relações intergeracionais e interculturais. As hortas comunitárias contribuem, ainda, para o melhoramento do solo e equilíbrio do ciclo hidrográfico urbano.

Conclui dizendo que os interessados em candidatar-se à horta comunitária em Palmela poderão fazê-lo a partir de dia 22 de janeiro até 20 de fevereiro, junto dos balcões de atendimento da Autarquia, através de carta ou via correio eletrónico, preenchendo a ficha de inscrição para o efeito.

• **Ligação rodoviária de Quinta do Anjo à Estação da Penalva e Bairros – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá conta que o período experimental da carreira 714 de Quinta do Anjo/Estação de Penalva via Bairros, foi alargado até 31 de março, apesar de a empresa Transportes Sul do Tejo, SA, (TST) ter assumido a concretização da carreira apenas até ao final do ano transato. A Autarquia está convicta da necessidade dessa opção de transporte público na referida freguesia e conseguiu chegar a acordo para o prolongamento deste período experimental.

Acrescenta que a carreira, cujos horários, tarifas e trajeto foram adaptados em dezembro, regista atualmente uma média de 30 utilizadores diários. A Autarquia está a fazer um esforço para encontrar parceiros que contribuam para a viabilização do projeto e está em curso o reforço da informação, através de ecrãs multimédia das viaturas suburbanas dos TST, nos

óculos traseiros das carreiras 356 e 364, afixação de cartazes e distribuição de tarjetas, entre outros meios.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia da reunião de Câmara de dia 14.01.2015, são prestadas as seguintes explicações:

_ Obra da Urbanização do Sobreiro Grande, em Águas de Moura (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que a receção provisória da obra da Urbanização do Sobreiro Grande, em Águas de Moura, ainda não está concretizada, pese embora os esforços que a Autarquia fez para contactar com o promotor, quer por telefone, quer por correio. Após ter conseguido, finalmente, chegar ao contacto, o promotor veio a assumir o compromisso de concluir os trabalhos necessários à formalização do requerimento para a receção provisória em 30 dias. Espera que tal aconteça, sob pena de a Autarquia ter de encetar os procedimentos legais.

_ Recolocação de um contentor do lixo na Rua Barbosa du Bocage, em Pinhal Novo (Questão colocada pela Sra. Vereadora Cristina Rodrigues) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que possui fotos do local onde o contentor do lixo se encontra instalado e afirma que este não está junto a nenhum rés-do-chão. Para além disso, o espaço que está a ser utilizado é o estritamente necessário para o efeito. Desconhece se a Sra. Vereadora Cristina Rodrigues se terá deslocado ao local, mas a situação que se apresenta é esta que acaba de informar.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** apresenta cumprimentos.

A Sra. Vereadora Cristina Rodrigues solicita o uso da palavra para intervir acerca de uma questão por si apresentada na reunião camarária de dia 14.01.2015. O Sr. Presidente concede-lhe a palavra:

_ Paragem do autocarro junto à entrada do perímetro urbano de Pinhal Novo – A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** refere que a questão abordada por si acerca da paragem de autocarro que se encontra junto ao atravessamento da Estrada Nacional em Vila Serena, Pinhal Novo, na sequência da ciclovía, já se encontra resolvida. Congratula-se com a rapidez com que o assunto foi resolvido. Para ficar irrepreensível só falta a instalação de um abrigo, desconhecendo, no entanto, se isso será possível.

O **Sr. Presidente** alude que à data da última reunião de Câmara (altura em que este assunto foi trazido à colação) os trabalhos já tinham sido encetados, mas não se encontravam concluídos. Para que sejam dadas mais garantias de segurança e qualidade aos utilizadores, a

Autarquia pretende tratar a berma até à zona de atravessamento, junto à ciclovia. Nesse sentido, aguarda-se a autorização para poder efetuar os trabalhos necessários no terreno de um particular. Prevê-se que esta empreitada seja realizada o quanto antes e a mesma será feita por administração direta.

Questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia desta reunião pelos/as Srs./as Vereadores/as:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** cumprimenta os presentes.

• **Conservatório de Música de Palmela sediado na Sociedade Filarmónica Humanitária** – A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que o Conservatório Regional de Palmela, sediado na Sociedade Filarmónica Humanitária (SFH), à semelhança de outros conservatórios e escolas dedicadas ao ensino articulado da música, da dança e das artes está a passar por dificuldades. A transferência da primeira *tranche* do ano letivo 2014/2015, apesar do que está regulamentado em Portaria, não ocorreu. Houve uma mudança de regras e as candidaturas atualmente têm de ser apreciadas pelo Tribunal de Contas, sendo que só em início de janeiro é que foram solicitados os registos criminais e as certidões permanentes. Acontece que até ao dia 20 de janeiro têm de ser liquidados os encargos sociais, nomeadamente, Segurança Social e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), para que possa ser emitida a Declaração de “Não Dívida”.

Faz menção a que o ensino articulado da música faz parte dos currículos dos alunos, mas, mesmo que assim não fosse, não deixava de ser preocupante, contudo, neste caso em particular, uma parte dos currículos dos alunos é assegurado pelo Conservatório Regional de Palmela, pelo que assume uma maior gravidade, mesmo em termos da avaliação dos jovens.

Menciona que em outros locais do país se assiste ao encerramento das portas dos Conservatórios, prejudicando os alunos. Crê que, no caso concelhio, tem havido uma gestão lesiva para a própria instituição, na medida em que estão a ser desviadas verbas para assegurar o funcionamento do Conservatório. Trata-se de uma gestão muito difícil, tanto mais que há professores do Conservatório que dependem unicamente deste trabalho, e alguns dos quais são casais.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que a expectativa que existe é a de que, até final de janeiro, a situação seja regularizada. Mas, a tal não se verificar, em fevereiro assistir-se-á a uma situação quase calamitosa. Manifesta a sua preocupação com o que está a ocorrer um pouco por todo o país. É algo que toca não só aos profissionais, como às famílias, aos alunos e, no caso do concelho de Palmela, à própria Sociedade Filarmónica Humanitária, que apresentou candidatura para o efeito, tem protocolo firmado e o Conservatório Regional de Palmela a funcionar.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** saúda os presentes.

• **“Palmela Experiências com Sabor” / Palmela Tourist Card** – O **Sr. Vereador Pedro Taleço** alega que no projeto “Palmela – Experiências com Sabor” é notória a existência duma “cabala” em relação à monitorização do tipo das atividades.

Relembra que, no início do corrente mandato, os Vereadores do PS colocaram diversas questões, quanto ao Palmela Tourist Card, que denunciavam um maior acompanhamento em termos de números, da adaptação e da interligação dos conceitos. Na sua opinião, existem algumas questões/sugestões que não pode deixar de apresentar, nomeadamente:

- Consegue vislumbrar os indicadores de quantidade e de qualidade. Contudo, em relação aos inquéritos de satisfação não percebe se os mesmos se referem aos restaurantes ou aos clientes;
- Sugere que se aprofunde mais a relação entre localização dos clientes que vêm de outros concelhos *versus* aos que são do próprio concelho, e pretende saber qual a relação com o incremento das dormidas;
- Sugere a implementação de um pacote de descontos para o Palmela Tourist Card, cuja utilização ficou omissa na apresentação dos resultados.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** saúda os presentes.

• **Execução da rotunda na EN 379, em Palmela** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** pretende que lhe façam um ponto de situação sobre a empreitada da execução da rotunda na Estrada Nacional 379 (à entrada de Palmela) e o prazo previsível para conclusão da mesma.

• **Quartel da GNR de Palmela** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** informa que visitou o Quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Palmela e, a seu ver, deve haver um acesso no exterior, devidamente referenciado, para pessoas com mobilidade reduzida. É uma intervenção que considera dever ser acautelada.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

– **Quartel da GNR de Palmela** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Presidente** informa que foi apresentado recentemente à Autarquia a questão relacionada com o lugar de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade reduzida junto ao Quartel

da GNR de Palmela. Nesse sentido, foram tomadas diligências para se requisitar o sinal indicativo, devendo a sua colocação ser feita dentro do mais curto espaço de tempo.

Sobre este assunto intervém, igualmente, o **Sr. Vereador Adilo Costa** ressaltando que o edifício em causa (Quartel da GNR de Palmela), ao invés de albergar um Quartel do Destacamento Territorial de Palmela da Guarda Nacional Republicana (GNR) é apenas um Posto Territorial daquela força de segurança. Muito gostaria que se revertesse a situação e que o edifício possa ser, finalmente, utilizado para o fim a que se destinava. Está convencido que todos os membros do executivo estarão prontos para aprovar que tal facto venha a ser uma realidade.

– **Execução da rotunda na EN 379, em Palmela** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Presidente** faz o ponto de situação sobre este assunto, dizendo que a obra de execução da rotunda já foi alvo de uma prorrogação oficial devidamente fundamentada, na ordem dos 75 dias. As razões para tal prorrogação do prazo de execução são óbvias, para isso basta ver a panóplia de trabalhos relacionados com as redes de infraestrutura e as dificuldades de interligação com a rede de gás e eletricidade. Acrescenta que, mesmo pagando para se desviarem as infraestruturas a situação é “de perder a paciência”, porque é muito difícil articular três entidades no terreno (quando não são mais). Afiança que essa fase está praticamente superada e depois do subsolo ter sido intervencionado é bem mais simples fazer os restantes trabalhos.

Alude que a questão suscitada é pertinente, porque recentemente teve a oportunidade de esclarecer alguns munícipes sobre o valor da empreitada e o que está envolvido para realização da mesma. Porque, na verdade, as pessoas pensam que para fazer uma rotunda é suficiente a colocação de um lancil no centro e ‘algo mais’ no meio. Mas a realidade é bem diferente e começa pelo grosso da obra: as expropriações. Segue-se a reconstrução dos muros e a preparação das infraestruturas para futuras intervenções, obviando-se a que estas venham posteriormente a danificar o pavimento.

Adianta que está a haver um esforço para fazer coincidir os prazos, aliás, na sequência do plano do prolongamento de outras infraestruturas, vai ser aproveitado esse período para que na Rua de S. Julião tudo encaixe perfeitamente, e no futuro não seja necessário estar a partir um novo pavimento.

Conclui com a afirmação de que houve uma prorrogação com motivos fundamentados, quer por causa do mau tempo, quer por causa da questão das infraestruturas.

– **Conservatório de Música de Palmela sediado na Sociedade Filarmónica Humanitária** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente**

registra com satisfação o facto de este assunto ter sido chamado à colação, até porque a Câmara Municipal tem acompanhado com muito interesse e alguma preocupação a forma audaz, criativa e rigorosa como a Sociedade Filarmónica Humanitária (SFH) gere o Conservatório Regional de Palmela, bem como o restante serviço que presta à comunidade em geral.

Assegura que a Autarquia de Palmela está preocupada com tudo o que diga respeito a transferências da Administração Central que sistematicamente, nos últimos tempos, tem sido pródiga em pôr em causa o funcionamento das escolas de ensino especial: a Escola Profissional de Música de Almada e, também, o funcionamento dos Conservatórios.

Menciona que a sensação com que fica é a de que há uma “mala pata” com as pessoas das artes e da cultura, até parece que não são trabalhadores ou que não têm compromissos. Percebeu que a Sra. Vereadora Natividade Coelho quis deixar apenas um alerta, mas se o executivo municipal tiver de tomar uma posição, fá-lo-á em breve, porque isso tem repercussões no território e existe muita gente da comunidade que depende, frequenta e trabalha no Conservatório Regional de Palmela. Espera, sinceramente, que a situação se resolva nos próximos dias.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** usa, igualmente, da palavra referindo-se aos problemas que o Conservatório Regional de Palmela está a passar. O incumprimento sistemático dos acordos por parte do Governo, que deixa de ser uma “pessoa de bem” e a insensibilidade social que demonstra, põe em causa não só o ensino artístico, como a educação especial a nível nacional.

_ **“Palmela Experiências com Sabor” / Palmela Tourist Card** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** assegura que todas as sugestões e propostas apresentadas são bem-vindas. Assegura que, desde o início da implementação deste programa, é prática regular a medição de indicadores de satisfação. Naturalmente os *inputs* que vêm, quer dos estabelecimentos de restauração aderentes, quer dos clientes, são um contributo muito importante que é tido em conta para a evolução de um projeto que é discutido regularmente com todos os agentes envolvidos. Trata-se dum programa construído em parceria, e que ouve a opinião dos restaurantes e dos clientes, e é ajustado em função desse diagnóstico permanente.

Quanto ao Palmela Tourist Card, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que tem consigo os dados, mas compromete-se a trazê-los numa próxima ocasião. Desde já está em condições de avançar que tem aumentado o número de estabelecimentos aderentes e, também, o número de utilizadores deste cartão.

Destaca que o Palmela Tourist Card, tal como a campanha de promoção turística “Palmela Conquista”, são reconhecidos como uma boa prática por parte das entidades regionais de turismo, e obteve, inclusivamente, o apoio financeiro da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL).

Menciona que o número de dormidas verificadas no território deste concelho, nos últimos cinco anos, registou os melhores indicadores de sempre ao nível do desenvolvimento turístico. Assim, pode ser comprovado no Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019, elaborado pela Roland Berger Strategy Consultants e que faz parte integrante do Plano Estratégico da ERT-RL, onde se lê: *"Palmela apresentou o maior crescimento, quer em termos de oferta como de procura, na região, desde 2012"*.

Mais adianta que Palmela viu o número de dormidas aumentar, assim como o tempo médio de estadia. Para isso contribuiu, sem dúvida, o programa "Palmela - Experiências com Sabor", mas, também, um conjunto de outras apostas que têm sido feitas ao nível do setor do turismo que tem contribuído para o desenvolvimento verificado.

O **Sr. Presidente** felicita o Sr. Vereador Luís Miguel Calha pelo facto de ter cumprido um compromisso assumido há uns meses atrás, de que no início do ano faria o balanço desse programa.

Acrescenta o **Sr. Presidente**, como informação, que os inquéritos são ministrados aos clientes e, também, teve essa experiência porque foi cliente nalguns "Fins-de-semana gastronómicos". A relação destes fins-de-semana com as dormidas, não tem a ver numa relação direta, pois quem se desloca ao concelho no sábado para provar o bacalhau com crosta de fogaça, se for residente na região, não precisa de pernoitar. No entanto, existe um conjunto de iniciativas que têm proporcionado o aumento do número de dormidas, sendo que há que distinguir em algumas iniciativas que o público-alvo são os visitantes e não turistas, sendo que estes dois conceitos são diferentes.

Quanto ao Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015-2019, a que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha se referiu, o **Sr. Presidente** menciona que, na sua opinião, deve ser motivo de satisfação, na sua caracterização e diagnóstico. Mais refere que este foi elaborado por uma empresa consultora, e de modo nenhum os dados puderam ser manipulados pela Autarquia. Os indicadores apresentados vêm confirmar as apostas que o Município tem feito, não obstante poderem ser aperfeiçoadas, e esse é o desiderato da maioria em exercício e, também, será o pressuposto dos contributos e das chamadas de atenção por parte dos restantes membros do executivo.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Moção (Serviço Nacional de Saúde – Urgências hospitalares) – A ser apresentada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** passa à apresentação da Moção:

MOÇÃO (Serviço Nacional de Saúde – Urgências hospitalares)

"Nas últimas semanas o País tem assistido a um clima preocupante de insuficiências generalizadas nas urgências hospitalares face à procura por parte dos e das utentes.

A triagem de Manchester, utilizada pelos hospitais, tem revelado tempos de espera muito para além do recomendável, admissível e tolerável.

O aumento de afluência a estes cuidados de saúde é, anualmente, previsível, dado coincidir com os "picos" normais de gripe e perturbações respiratórias, sobretudo nas faixas etárias mais vulneráveis.

Por outro lado, não existe uma resposta alargada e eficaz por parte dos Centros de Saúde, extensões e Unidades de Saúde Familiares, o que engrossa o número de utentes que recorrem às Urgências Hospitalares.

Os tempos de espera têm sido, alegadamente, uma das principais razões para a ocorrência de óbitos, por falta de assistência célere.

No Distrito de Setúbal também se têm assinalado situações de grandes tempos de espera no atendimento das urgências, as quais são muito preocupantes, no Hospital Garcia de Orta, em Almada, no Hospital do Barreiro e, em particular, no Hospital de S. Bernardo, em Setúbal. Veio mesmo a público a morte de um utente, no dia 3 de janeiro, cujas causas estão a ser averiguadas.

Essas situações, ainda que agravadas nesta época, não constituem factos isolados, antes espelham a situação de abandono do Serviço Nacional de Saúde por parte do Governo.

A falta de recursos humanos generalizada e em todas as categorias, a falta de recursos materiais e a tardia resposta a situações expectáveis, porque previsíveis anualmente, facto reconhecido pelo Sr. Ministro da Saúde publicamente, faz perigar a confiança no Serviço Nacional de Saúde, tão caro aos portugueses e portuguesas.

A Ordem dos Médicos e a Ordem dos Enfermeiros encetaram mesmo um périplo pelo País, com o fim de ser demonstrada a real situação dos Hospitais Portugueses na sua relação com quem deles precisa.

A Câmara Municipal de Palmela, em reunião pública de 21 de janeiro, exprime a sua solidariedade para com todos os profissionais de saúde que têm dado o seu melhor neste período de enorme afluência aos cuidados de saúde, manifesta a sua preocupação pelo deficiente atendimento dos e das utentes e repudia o desinvestimento e abandono do SNS.

Mais, reclama a assunção de responsabilidades por parte de quem conduz as políticas públicas da saúde, a tutela, face à degradação da resposta às populações, colocando em causa o princípio constitucional de garantia de acesso aos cuidados de saúde.

Moção a ser enviada:

- . Ao Ministro da Saúde;
- . À Ordem dos Médicos;
- . À Ordem dos Enfermeiros;
- . Ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal;
- . À ACES da Arrábida.”

Sobre a Moção antes transcrita, usam da palavra:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a Moção é bastante oportuna, merecendo-lhe este tema no âmbito da saúde as seguintes considerações:

. A Sra. Vereadora Natividade Coelho não foca diretamente os Centros de Saúde, mas fá-lo na medida em que no quarto parágrafo faz o enfoque a que *"não existe uma resposta alargada e eficaz por parte dos Centros de Saúde, extensões e Unidades de Saúde Familiares"*;

. Em contrapartida, quem visitar o *sítio* da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, (ARSLVT) depara-se com a informação de que se alargou o atendimento nos Centros de Saúde em toda a Área Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo. Tal realidade só se verifica em alguns Centros de Saúde. Por exemplo, no concelho de Palmela não há qualquer alargamento relacionado com o atendimento. O que há, e já havia, é capital humano (médicos, enfermeiros, pessoal administrativo e auxiliar) que se esforça para que o atendimento seja o mais digno possível;

. Há um surto de gripe iminente. Felizmente, para os mais idosos esse surto de gripe é da estirpe B que atinge os mais jovens, mas desconhece-se se assim continuará. É a montante que se deve resolver o problema. Deve haver uma maior articulação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, nomeadamente, em relação aos idosos que aparecem nas urgências dos hospitais por um conjunto muito variado de motivos. Aí chegados não se cumpre minimamente, nem de longe, nem de perto, o protocolo de triagem de Manchester;

. Alude a que os sete mortos que se verificaram a nível nacional (depois do Natal), três são da região de Setúbal: um estava no Hospital de São Bernardo, em Setúbal, e dois estavam no Hospital Garcia de Orta, EPE, em Almada, sendo que uma senhora estava identificada com a pulseira vermelha (e que significa grau de prioridade: emergente / minutos de segurança para primeira observação médica: imediato) e acaba por morrer nove horas depois sem ser atendida. Morrer nos serviços de urgência, sempre aconteceu, agora sem ser atendido é surreal. Para além disso, é anormal que tenham ocorrido mais de um milhar de mortos do que em igual período do ano passado;

. É sua convicção que o governo se tornou insensível por razões meramente economicistas. Por exemplo, a Ordem dos Enfermeiros veio a público afirmar que são necessários mais 600 enfermeiros, no entanto, assiste-se à emigração desses profissionais. É algo incompreensível.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** concorda com a afirmação do Sr. Vereador Adilo Costa quando diz: *"morrer nos serviços de urgência, sempre aconteceu"* e, infelizmente, vai continuar a acontecer. Quanto ao número de mortes ocorridas, estas explicam-se, pela altura do ano em que aconteceram: o frio e a incidência da gripe foi muito maior do que, em igual período, do ano anterior, pois no pretérito ano não houve esses frios 'quase glaciares'. Por outro lado, existem os problemas crónicos que todos os anos se repetem;

Classifica a Moção como importante, e está certo de que a Sra. Vereadora Natividade Coelho gostaria que ele a votasse favoravelmente. Contudo, tem de refutar alguns aspetos que estão nos considerandos e vai fazê-lo em seguida; mas, também, reconhece que um ou outro ponto do documento vão merecer a sua concordância:

. A deliberação desta Moção é composta por dois pontos; o primeiro ponto (1.º), termina com as seguintes palavras: *"(...) manifesta a sua preocupação pelo deficiente atendimento dos e das utentes e repudia o desinvestimento e abandono do SNS.(...)"*. Considera que por mais críticas que a Sra. Vereadora Natividade Coelho possa fazer e ter, existe outra perspetiva: nem houve desinvestimento, nem houve abandono. Por isso, sugere que se retire a última frase e que se termine em *"utentes"*. O segundo ponto (2.º) da deliberação desta Moção é: *"(...) reclama a assunção de responsabilidades por parte de quem conduz as políticas públicas da saúde (...)"*. A este propósito tem a referir que o Ministério da Saúde já veio assumir responsabilidades e veio afirmar que, este ano, se fez uma aposta enorme na prevenção e na vacinação - muito importante para a prevenção da gripe - repare-se que muitas pessoas nem sequer se vacinaram! A sua sugestão vai no sentido de se separarem, para efeitos de votação, o 1.º do 2.º ponto. Feitos estes esclarecimentos, se a votação dos dois pontos for independente, o segundo merecerá a sua abstenção;

. Quanto a outros considerandos, considera dever sublinhar que houve um reforço e um alargamento dos horários de atendimento dos Centros de Saúde, pois muitos passaram a encerrar à meia-noite. Para além disso, reuniram-se 569 camas nos hospitais e contrataram-se mais profissionais de saúde. Ainda, recentemente, o Sr. Ministro da Saúde deu conta do plano, até para uma situação excecional, tendo em conta a urgência e o pico da gripe que ainda não chegou, de contratar excecionalmente alguns médicos reformados - não para um horário alargado, mas para aqueles horários em que há picos de afluência aos equipamentos de saúde;

. Como é óbvio, também considera que existem casos de espera que são inaceitáveis, mas não se deve extrapolar. A semana passada, aconteceu um caso em que uma pessoa morreu no serviço de urgência nove minutos depois de ter chegado. Esse incidente, infelizmente, foi

amplamente aproveitado no discurso de foro político. Há que reconhecer que situações destas acontecem por causa das patologias de que algumas pessoas sofrem;

. No ínterim, o governo veio reconhecer, por exemplo, através do Sr. Ministro da Saúde, que o Serviço de Urgência do Hospital de Nossa Senhora do Rosário (Hospital do Barreiro), está a funcionar com grandes deficiências e que, por isso, vai ser reformulado. Pese embora esses constrangimentos, ainda ninguém morreu naquelas urgências;

. Para além disso, foi dado muito brado ao que aconteceu, por alturas do Natal, no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE, (Hospital Amadora-Sintra). Mas, curiosamente, em 2013 não houve problemas e a afluência foi substancialmente maior. Conforme foi tornado público, este ano, um número extraordinário de médicos adoeceu inesperadamente naquele dia e não foi possível proceder à sua substituição atempadamente;

. Em conclusão: há que dar atenção a matérias como esta que está em discussão, mas não se pode escamotear que, apesar das dificuldades por que o país atravessa, tem sido feito investimento! Em conformidade com isso, sublinha que, ainda recentemente, o Centro Hospitalar de Setúbal, EPE, teve um enorme reforço financeiro no capital social e isso visa servir mais e melhor as populações que se deslocam às duas unidades hospitalares daquele Centro Hospitalar.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** começa por mencionar que aos Vereadores do PS fica muito bem a apresentação desta Moção, assim como as palavras muito compreensíveis por parte do Sr. Vereador Paulo Ribeiro relativamente à temática em discussão. Não obstante, as dificuldades nas urgências hospitalares não são um problema pontual. Nem sequer são de hoje, nem de ontem, e não podem ser dissociados do desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) que se tem vindo a verificar de há longos anos a esta parte.

Opina que o Partido Socialista (PS) não se pode desresponsabilizar, até porque, também, contribuiu para a situação que hoje se vive no país. É bom recordar isto mesmo, porque há rostos, há responsáveis, e não é só o governo em funções do PPD/PSD.CDS-PP com responsabilidades a este respeito. O PS tem graves responsabilidades na situação a que se assiste, pois, igualmente, fomentou o desinvestimento, as limitações na contratação de profissionais de saúde, tendo contribuído decisivamente para as dificuldades que os hospitais hoje vivem ao nível das suas despesas de funcionamento. Isso traduz-se numa opção clara de subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e numa vontade expressa de financiamento do serviço privado. A verdade indelével é que aumenta o financiamento do serviço privado de saúde, em detrimento daquilo que tem sido a aposta no SNS.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** volta a usar da palavra e alega que os contributos para a discussão apresentados pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha são invariavelmente inúteis, pelo que se abstém de responder. Tem somente a acrescentar que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha aproveita os momentos na reunião para desempenhar o papel que lhe foi distribuído. Convida-o

a escrever uma Moção ou a propor alterações a esta, que serão ou não recolhidas, e depois votadas.

Quanto à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** sublinha que, apesar das muitas divergências, tem a certeza que está a falar com uma pessoa inteligente, e sabe que a Moção em apreço propositadamente não pretende entrar em explorações de mortes e óbitos que estão a ser averiguados. Para além disso, quando se referencia no texto deste documento que "(...) *Os tempos de espera têm sido, alegadamente, uma das principais razões para a ocorrência de óbitos, por falta de assistência célere. (...)*", houve o cuidado de colocar a expressão "*alegadamente*" entre vírgulas.

Acrescenta que, relativamente aos considerandos e a todas as considerações que foram feitas, com especial destaque para a questão das mortes, foi dito o óbvio. Todavia, as mais de mil mortes ocorridas são muito significativas e isso, também, está a preocupar o Sr. Ministro da Saúde, até por ser um número significativo de ocorrências.

Mais refere que, como é evidente a comunicação social efetua o tratamento dos casos de uma maneira muito peculiar, e conforme foi assumido pelo Sr. Ministro da Saúde, a situação da ocorrência de um elevado número de pessoas com gripe era já expectável, sendo que apenas se desconhecia qual seria a estirpe da gripe. Quanto ao frio, existem métodos científicos para o prever. O grande problema é que tratando-se de uma situação expectável não houve uma preparação para o período que se avizinhava. Isso foi admitido. Depois há um desfasamento profundo – e sobre isso teve o cuidado de pessoalmente averiguar - entre anunciar reforços e o de eles se efetivarem no terreno.

Considera que não se deve depreender das suas palavras que não existe boa vontade, mas o que está em causa é o planeamento. A Moção em discussão centraliza-se na questão da situação expectável, facto que indubitavelmente tem expressão no último parágrafo da mesma. Assegura que pessoalmente não tem nada contra o Sr. Ministro da Saúde e até considera que, em muitas circunstâncias, designadamente no caso do vírus da legionela, houve respostas. Afirmar que não se move só porque o Sr. Vereador Paulo Ribeiro é do PPD/PSD e pretende "matar e arrasar", mas, na verdade, assiste-se a uma situação real que, em termos de políticas públicas, e sobre quem as conduz pouco ou nada se vê, exceto que as mortes estão a ser averiguadas.

Quanto às sugestões apresentadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, a **Sra. Vereadora Natividade Coelho** afirma que pode equacionar retirar a expressão "*abandono*" do 1.º ponto da deliberação, porquanto não se poder provar, objetivamente, que tal se verificou. Todavia, é inegável que se assistiu a um "*desinvestimento do SNS*", e isso facilmente pode ser comprovado, pelo que essa expressão é para manter. Como exemplo, destaca o facto de não haver camas ou macas e de haver uma redução de profissionais de todas as categorias profissionais, nos últimos três anos. Se o Sr. Vereador Paulo Ribeiro assim o desejar, os

Vereadores do PS estão em condições de indicar o que tem sido reduzido ao longo dos anos. Com exceção do Hospital Garcia de Orta, EPE, não se recorda de haver filas de ambulâncias a aguardar pelas macas nos hospitais e, para obviar a essa situação, as corporações de bombeiros tenham envidado esforços para aquisição de novas macas. No 2.º ponto da deliberação, oferece-se esclarecer que ninguém está a solicitar a demissão do Sr. Ministro da Saúde, mas é da sua responsabilidade conduzir as políticas públicas, de forma a não haver uma degradação da resposta às populações, e isso é o que está a acontecer.

O **Sr. Presidente** começa dizendo que, para a maioria em exercício acompanhar a tomada de posição, poderia aditar alguns aspetos e podia, inclusivamente, tentar justificar algumas questões que foram suscitadas pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha e fazer um relatório histórico do que é que conduziu ao estado atual na área da saúde. No entanto, absteve-se de o fazer. Em suma: considera que a Moção está bem como está e os termos em que está redigida acabam por ser bastante sensatos e pertinentes.

Menciona que, como posição de princípio, aproveita para se dirigir ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro com o reparo de que esta é uma altura do ano em que as circunstâncias da meteorologia, e não só, são mais adversas para a generalidade da população e, em particular, para a população idosa. Não obstante, não se trata de uma questão de coincidências, e se as há nem têm a ver com o recurso às urgências hospitalares, pois começam, desde logo, nas dificuldades de acesso aos cuidados de saúde primários.

O **Sr. Presidente** reporta-se à afirmação proferida pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro de que *"(...) repare-se que muitas pessoas nem sequer se vacinaram! (...)"* A título meramente exemplificativo sublinha uma situação que se passou consigo: deslocou-se à consulta aberta, a funcionar na Extensão de Saúde de Pinhal Novo até às 20 horas, e para além de lhe prescreverem sempre o mesmo medicamento, porque não podem ultrapassar o custo de «X» por doente – e, possivelmente, até estão presentes cidadãos que já viveram essa mesma experiência, porque o antibiótico e o anti-inflamatório é o mesmo para todos -, se solicitar a prescrição da vacina da gripe esta é remetida para o médico de família. O problema é que continua sem médico de família há 20 anos, mas, também, é um facto real que está na altura de começar a fazer a toma desta vacina, porquanto tem de a conseguir de outra forma. O mais provável é ter de deslocar-se a outro médico no serviço privado. O que se coloca é que a generalidade dos cidadãos não tem outro recurso à sua disposição. A resposta tem de ser prestada pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O **Sr. Presidente** continua a sua intervenção, incidindo sobre o texto da Moção, com a observação de que o desinvestimento no SNS é notório e, por muito importante que seja a tomada de algumas medidas mitigadoras, como a ampliação dos horários de atendimento e a disponibilização de mais camas nos hospitais, essas medidas serão excecionais e limitadas no tempo. Salienta que o Sr. Secretário de Estado acabou de exarar um despacho que vai no

sentido de se recorrer às urgências privadas e aos hospitais militares e quem vai suportar esses gastos é o público. Porque não se investe no serviço público? Tem conhecimento de serviços onde trabalhavam quatro enfermeiros e que ficaram com apenas um. Não se trata da existência de pessoal a mais, porque nunca houve gente a mais, mas em situação de recurso extremo, recorre-se e paga-se aos privados. Não tem nada contra, mas está em condições de adiantar que não faz qualquer sentido o desinvestimento no SNS, tanto mais que tem havido excelentes indicadores em algumas áreas, como na área materno-infantil e, também, em outras. Ao nível dos procedimentos e dos profissionais do serviço público no que concerne à saúde, Portugal encontra-se classificado entre os melhores do mundo. O caminho que está a ser trilhado, vai ser propício a mais acontecimentos análogos como o do elevado número de pessoas infetadas com gripe. Quando não for no pico do inverno, pois será no pico do verão.

Face ao exposto, considera que a Moção até tenta não ser muito rígida em alguns aspetos, mas há que chamar/denunciar as situações pelo nome e, forçosamente, é preciso falar em “desinvestimento” e em “responsabilidades”.

O **Sr. Presidente** conclui, recordando que os presidentes das Câmaras Municipais desta região já haviam tomado uma posição alertando para situações que vinham acontecendo e em alinhamento com os primeiros alertas proferidos pela Ordem dos Médicos. A posição tomada, demonstra as preocupações sobre o assunto em apreciação e, igualmente, sobre a necessidade de construção do Hospital do Seixal.

Submetida a Moção (Serviço Nacional de Saúde – Urgências hospitalares) a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Sr.^a Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 14.01.2015 e 20.01.2015.

**DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR
SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:**

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 12.01.2015 e 16.01.2015.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 14.01.2015 a 20.01.2015, no valor de 1.001.042,51 € (um milhão, um mil, quarenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 20.01.2015, apresenta um saldo de 7.557.340,07 € (sete milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta euros e sete cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 6.801.408,92 € (seis milhões, oitocentos e um mil, quatrocentos e oito euros e noventa e dois cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 755.931,15 € (setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e um euros e quinze cêntimos).

ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E ORGANIZAÇÃO

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Parecer prévio com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área de advocacia e jurídica.

PROPOSTA N.º DADO_DRHO 01_02-15:

«Considerando que:

De acordo com o preceituado no n.º 12 do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE/2015), nos Municípios o parecer prévio vinculativo de que carece a celebração dos contratos de prestações de serviços, designadamente, na modalidade de avença, é da competência da Câmara Municipal.

O parecer em causa depende da verificação cumulativa dos requisitos previstos no art.º 32º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, estando as autarquias locais dispensadas de consultar o INA para aferição de inexistência de pessoal apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, em situação de requalificação, na sequência do despacho nº 2556/2014 proferido pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, em 10 de julho de 2014, cujo teor foi comunicado aos municípios através de ofício remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

No âmbito das autarquias locais os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo com vista à celebração de contratos de prestações de serviços não se encontra regulamentado, conforme previsto no nº 1 do art.º 6º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de setembro, não tendo, por seu turno, no âmbito da administração central, sido publicada a Portaria regulamentadora da matéria a vigorar durante o ano de 2015.

Assim e tendo em vista a contratação de entidade com vista à prestação de serviços na área de advocacia e jurídica, **propõe-se**, ao abrigo do n.º 12 do art.º 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que a Câmara Municipal de Palmela delibere emitir parecer prévio favorável, com fundamento no seguinte:

1. A atividade do município e a correspondente prossecução do interesse público determinam a necessidade da autarquia se encontrar dotada de profissionais aptos à prestação de serviços de natureza jurídica e de advocacia.
2. O município é atualmente parte em mais de 60 (sessenta) processos judiciais não existindo no município trabalhadores que reúnam os requisitos necessários ao exercício da

advocacia, que se encontra condicionada à obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Advogados, válida para o efeito, o que torna impreterível o recurso à contratação de prestação de serviços, sob o regime de avença.

3. Para além da representação do município em juízo, acresce a necessidade de prestação de consultadoria jurídica, consubstanciada em emissão de pareceres, consultas e apoios jurídicos em diversos domínios do direito, designadamente no âmbito dos ilícitos contraordenacionais e da responsabilidade civil extracontratual, sendo ainda relevante a representação no âmbito da Fazenda Pública, representando o município nos processos que correm termos nos Tribunais Fiscais, os quais revestem especial complexidade e importância, face, nomeadamente, aos montantes envolvidos e ao grau de tecnicidade das matérias.
4. O serviço deverá ser prestado com autonomia não se encontrando por definição sujeito à direção da entidade contratante e não impondo o cumprimento de qualquer horário de trabalho, revelando-se não apenas inconveniente, mas também impossível, o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, em virtude de se pretender contratar serviços de patrocínio judiciário, sendo de imputar à contraparte os custos e encargos inerentes ao exercício dos mandatos forenses a conferir, designadamente despesas com deslocações e comunicações.
5. A Dra. Joana Moedas Morgado, advogada, tem assegurado com elevada qualidade a prestação dos serviços jurídicos e de advocacia, ao abrigo de contrato celebrado em fevereiro de 2012, que caducará no próximo mês, havendo manifesto interesse público em dar continuidade ao regime de avença, com ampliação do objeto contratual inicialmente previsto.
6. O procedimento proposto para ser desencadeado com vista à contratação em regime de avença é o de ajuste direto, com consulta a um prestador de serviços detentor das qualificações técnicas e experiência exigidas, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1. do art.º 16º e na alínea a) do n.º 1, do art.º 20º, do Código dos Contratos Públicos, que se mostra ser o procedimento mais adequado pelas razões enunciadas nos pontos nºs. 1 a 5 desta proposta.
7. A identificação da contraparte, prestador de serviços, a convidar no âmbito do procedimento por ajuste direto a desencadear, que comprovadamente tem regularizadas as suas obrigações fiscais e à segurança social, é a seguinte:
 - Joana Moedas Morgado, advogada, com domicílio profissional na Rua Aristides de Sousa Mendes, n.º 2, 10.º - Esq.º, 1600-413 Lisboa.
8. O contrato que eventualmente possa vir a ser celebrado terá a duração máxima de 36 meses, com início após a adjudicação, cujo preço global máximo estimado é de €

67.500,00 € (sessenta e sete mil e quinhentos euros), acrescido de IVA, a que corresponderá o valor mensal máximo de € 1.875,00 (mil, oitocentos e setenta e cinco euros), valor apurado após incidência da redução de honorários estabelecidos no n.º 1 do art.º 75.º da LOE/2015.

9. A despesa a realizar tem cabimento orçamental na rubrica 02.05/01.01.07.»

Sobre a proposta de Parecer prévio com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área de advocacia e jurídica numerada DADO_DRHO 01_02-15 intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** solicita esclarecimentos, nomeadamente:

- No ponto 5 prevê-se *"a ampliação do objeto contratual inicialmente previsto"*. Desconhece se essa *"ampliação"* está relacionada com o mencionado no Ponto 3 de que *"para além da representação do [Município] em juízo"*, implica, também, as demais questões alistadas.
- Relativamente ao valor da redução prevista não consegue perceber *"o contrato a ser celebrado terá a duração máxima de 36 meses, a que corresponde o montante de 67.500 euros"*. No contrato anterior, celebrado em fevereiro de 2012 e que caduca em breve, a duração era, também, de 36 meses, mas não está demonstrada qual a redução verificada comparativamente entre o contrato anterior e o atual. Com isto não está a duvidar que a redução esteja a ser aplicada.

A solicitação do Sr. Presidente, intervém o Sr. Dirigente do Gabinete Jurídico e de Fiscalização para prestar os seguintes esclarecimentos:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a intervenção.]

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** defende que o que está em causa nesta proposta não é uma renovação de contrato, mas sim a celebração de um novo contrato com um objeto alargado. Assim sendo, não compreende porque se argumenta com a redução da verba.

Volta a usar da palavra o Sr. Dirigente do Gabinete Jurídico e de Fiscalização para acrescentar o seguinte:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a intervenção.]

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** adianta o reparo "então a redução é de 3,5%".

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** alega que depois de ouvidas as dúvidas apresentadas pela Sra. Vereadora Natividade Coelho é que ficou com dúvidas. Ficou esclarecido que o contrato em apreço cumpre o que diz o Lei do Orçamento do Estado, e que relativamente ao contrato anterior ocorreu uma redução de 3,5%, com incremento de 20% que resultou da reposição que foi feita aos trabalhadores da Administração Pública. Contudo, se advogada em causa está na

Autarquia desde 2009; no ano de 2010 para o Orçamento de 2011, já tinham ocorrido os primeiros cortes na Administração Pública, nomeadamente, nos ordenados. Os Orçamentos subsequentes mantiveram esses cortes, sendo que sempre os aplicaram às prestações de serviço, quer se tratassem de avenças, quer de outro tipo de prestações de serviço.

Continua o seu raciocínio com a afirmação de que, no caso das prestações de serviço não se podem efetuar cortes sobre cortes, ou seja, não se pode andar a fazer reduções todos os anos. Se o contrato, objeto desta proposta, já foi alvo de alguma redução, significa que a presente redução não faz sentido. Se, ao invés, nunca foi objeto de nenhuma redução, é suficiente que se cumpra a lei.

Adianta que a redução ocorrida no ano passado, por via da Lei do Orçamento do Estado chegou a ser de 12% a partir dos 660 euros. A lei é clara quando dita que se tem de aplicar uma redução aquando da renovação do contrato, seja este com a mesma pessoa, seja com o mesmo tipo de trabalho. Após os devidos esclarecimentos, compreendeu que, no presente caso, trata-se da mesma pessoa e do mesmo tipo de trabalho a desenvolver. Apesar de o contrato vigorar desde 2009, esta é a primeira vez que o mesmo é alvo de uma redução.

O **Sr. Presidente** acrescenta que, na prática, o que se propõe é que a Dra. Joana Morgado acabe por receber o mesmo, mas trabalhando mais.

No uso da palavra intervém, novamente, o Sr. Dirigente do Gabinete Jurídico e de Fiscalização para acrescentar o seguinte:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a intervenção.]

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** sugere que nos casos futuros em que se envolvam redução de valores, seria aconselhável que o montante da redução viesse devidamente referenciado. Deste modo, evitar-se-ia a solicitação de esclarecimentos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Atribuição de topónimos na freguesia de Palmela.

Requerente: Álvaro José Marques Silva Rodrigues. Processo TOP-1241/08. Local: Torneiros / Alfaçanhas / Vale de Touros – Palmela. Requerimento n.º 7095/08.

PROPOSTA N.º DAU 01_02-15.

«A presente proposta reporta-se à atribuição de 2 (dois) topónimos, na Freguesia de Palmela.

Tratando-se de arruamentos públicos sem topónimos, pertencentes à rede viária municipal, os serviços responsáveis pela Toponímia da Divisão de Administração Urbanística (DAU) da Câmara, fundamentaram a atribuição dos seguintes topónimos:

1. Rua dos Torneiros

[Processo TOP-1241/08]

2. Rua Poço da Maçarica

[Processo TOP-1241/08]

Para o arruamento, representado na planta em anexo a traço contínuo, com início entre a Rua Lucílio Costa (Nascente) e a Rua de S. Brás (Poente) e que atravessa os locais de Torneiros e Alpeçanhas (ou Alfaçanhas), **propõe-se** a designação “Rua dos Torneiros”, considerando que o sítio em causa, é conhecido por Torneiros, designação esta, não só presente na cartografia existente, mas que vem sendo consolidada nas moradas dos residentes, inclusivamente nos contratos de consumo de água do Município, sem que até à data, tenha merecido aprovação formal.

O topónimo proposto enquadra-se nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), corresponde efetivamente à designação reconhecida e consolidada pelos residentes e visa garantir uma melhor identificação do local, principalmente para os serviços de emergência médica e civil, para a distribuição postal.

Já para o arruamento representado na mesma planta, a tracejado, com início no arruamento cujo topónimo se propôs em 1. “Rua dos Torneiros” e término em impasse, **propõe-se** a designação de “Rua Poço da Maçarica”, tendo por base o facto de se situar também no local “Torneiros”, onde existiu uma propriedade designada de “Maçarica”, ficando na memória coletiva da população local mais antiga, a recordação dos tempos de mocidade, quando rapazes e raparigas brincavam por essa propriedade, junto a um poço que mereceu tal designação.

Atualmente verifica-se a divisão da referida propriedade em diversas quintas; Quinta Limão, Quinta Janelas Verdes e Quinta Poço da Maçarica, situando-se nesta última o referido poço. Assim o topónimo proposto enquadra-se na alínea b) do número 1 do artigo 9º do RTCP e a sua atribuição tem por objetivo garantir a par da maior eficácia na entrega postal e uma melhor identificação do local por parte dos veículos de emergência médica e civil.

Ainda, importa fazer referência a que os topónimos agora propostos resultam da aplicação de um procedimento piloto denominado “O Nome da Minha Rua” proposto pelos serviços de toponímia e aprovado em reunião da Comissão de Toponímia realizada a 19.12.2013, com o objetivo de formalizar a recolha da opinião dos munícipes diretamente interessados – residentes e utilizadores (particulares que exercem atividades económicas nas mesmas) – relativa às designações propostas, visando a aproximação dos moradores/população à atividade municipal

e tendo a convicção que o nome das ruas é um aspeto relevante para estes. Este procedimento assume particular relevância na ausência de referências, tornando-se muito difícil, quer para a Câmara, quer para as Juntas propor topónimos, sem qualquer base ou fundamento.

Este procedimento de participação contempla duas fases de implementação, a primeira, implementada a título experimental com os dois topónimos agora em aprovação, caracterizada pela distribuição, porta a porta, de um folheto - "Convite à Participação" - com a indicação do topónimo que se pretende atribuir, explicativo das respetivas razões e fundamentos e com indicação das datas em que os mesmos devem chegar à Câmara, através de recolha, também porta a porta, ou pelos canais normais (mensagem eletrónica ou entrega presencial nos serviços municipais). Findo o prazo fixado, os contributos são analisados e caso haja alguma proposta alternativa ou eventual oposição, pertinentes, serão os mesmos ponderados, procurando atribuir-se topónimos consensuais.

Nestes dois casos concretos foi efetuada a distribuição do convite referido, porta a porta, no dia 05.08.2014 e recolhido no dia 05.09.2014 (com possibilidade de entrega pelos canais habituais até 12.09.2014), num total de 6 folhetos para o arruamento proposto como "Rua dos Torneiros" e 5 para o proposto como "Rua Poço da Maçarica", tendo-se obtido os seguintes resultados:

	Rua dos Torneiros	Rua Poço da Maçarica
N.º Folhetos Distribuídos (un)	6	5
N.º Folhetos Recolhidos (un)	1	3
N.º de Concordância com as designações propostas	1	3

Mais importará referir que os resultados obtidos para a "Rua dos Torneiros" foram motivados pelo facto da ocupação existente se tratar, na grande maioria, de segundas habitações, de acordo com informações recolhida no local pelo serviços de toponímia aquando da recolha dos folhetos.

Na segunda fase deste procedimento, pretende-se disponibilizar no sítio da internet da Câmara Municipal, num espaço de acesso direto, um formulário de simples preenchimento, por forma a tornar a participação dos interessados mais fácil e automática.

Face ao exposto, considerando que do procedimento antes referido não resultou qualquer razão que obste aos topónimos propostos, considerando também o parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida a 13.11.2014, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 5.º do RTCP, e consultada a Junta de Freguesia de Palmela, que emitiu parecer de sentido favorável às referidas designações, **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1 do art.º 33º, da Lei 75/2013, na redação em vigor, a aprovação da atribuição dos dois topónimos antes

descritos aos arruamentos identificados na planta em anexo, que fazem parte integrante da presente deliberação.»

PONTO 3 – Atribuição de topónimos na freguesia de Quinta do Anjo.

Requerentes: Maria Margarida da Conceição Alves / Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Processos TOP-2749/2014 e TOP-4441/2014. Locais: Quinta da Chapeleira / Fontainhas – Quinta do Anjo. Requerimentos nºs. 1975/2014 e 3293/2014.

PROPOSTA N.º DAU 02_02-15.

«A presente proposta reporta-se à atribuição de 2 (dois) topónimos, na Freguesia de Quinta do Anjo.

Na sequência de uma reclamação (registada internamente com o n.º 1975/2014), relativa à inexistência de placas toponímicas na Rua da Felicidade – Quinta da Chapeleira – Quinta do Anjo, foi solicitada a identificação física (colocação de placas) no referido arruamento, por forma a melhorar a referência e identificação às habitações existentes, quer para os agentes de segurança pública, proteção civil, emergência médica, fornecedores, quer para familiares e amigos.

Tratando-se de um arruamento público sem topónimo, pertencente à rede viária municipal, os serviços responsáveis pela Toponímia da Divisão de Administração Urbanística (DAU) da Câmara, fundamentaram a atribuição do seguinte topónimo:

1. Rua da Felicidade

[Processo TOP-2749/2014]

O arruamento em causa, (representado a traço cheio na planta 1. anexa), com início entre a Rua do Sol (Sul) e a Rua da Brisa (Norte), vem sendo designado por “Rua da Felicidade”, cuja designação é utilizada nas moradas dos residentes, inclusivamente nos contratos de consumo de água do Município, sem que, até à data, tenha merecido aprovação formal.

O topónimo proposto “Rua da Felicidade”, com fundamento nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela, corresponde efetivamente à designação reconhecida e consolidada pelos residentes, visando garantir uma melhor identificação do local.

Através de mensagem eletrónica de 16.09.2014, propôs a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, a atribuição de uma designação a um arruamento que vem sendo conhecido por “Estrada da Setcom”, sito em Fontainhas – Quinta do Anjo, que reunisse consenso entre os órgãos autárquicos (Câmara e Junta). Consequentemente e considerando a inatividade da empresa Setcom, localizada junto ao entroncamento entre este arruamento e o C.M. 1029, que tem

servido de referência à sua identificação os serviços de toponímia, propuseram a atribuição do seguinte topónimo:

2. Estrada das Fontainhas

[Processo TOP-4441/2014]

Pertencendo o arruamento em causa à rede viária municipal, com início no C.M. 1029, término junto à Marquesa III (representado na planta 2. anexa), a presente proposta de topónimo fundamenta-se no facto de se situar no local “Fontainhas”, conforme consta da cartografia existente e cuja designação se enquadra na alínea f) do número 1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia de Palmela (RTCP).

Face ao exposto, considerando o parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida a 13.11.2014, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art. 5º do RTCP, e consultada a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, que emitiu os respetivos pareceres, de sentido favorável às referidas designações **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013, na redação em vigor, a aprovação da atribuição dos dois topónimos antes descritos aos arruamentos identificados nas plantas em anexo, que fazem parte integrante da presente deliberação.»

Sobre as propostas de Atribuição de topónimos na freguesia de Palmela e Atribuição de topónimos na freguesia de Quinta do Anjo, numeradas, DAU 01_02-15 e DAU 02_02-15, respetivamente, intervêm:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** expressa que há uma vontade unânime por parte dos eleitos do PS de que aos topónimos sejam atribuídos nomes de mulheres. Neste sentido, propõe a efetivação duma sensibilização à Comissão de Toponímia para que, futuramente, incorpore essa vontade. Reconhece que isso nem sempre seja possível, mas urge, que assim possa vir a acontecer.

Face à observação da Sra. Vereadora Natividade Coelho, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** menciona que o serviço de toponímia tem feito um enorme esforço nesse sentido. Reconhece que a paridade foi uma questão esquecida ao longo dos séculos. Nos casos em apreço, existem questões de identidade dos próprios locais que não permitiram que isso se verificasse. Assegura que essa preocupação está sempre presente e é tida como uma prioridade.

O **Sr. Presidente** refere que não se tratam de antropónimos e a questão suscitada colocar-se-á noutros momentos e será, com certeza, bem refletida e acolhida.

Submetida a votação a proposta de Atribuição de topónimos na freguesia de Palmela, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a proposta de Atribuição de topónimos na freguesia de Quinta do Anjo, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco